**33ª Reunião do Colegiado**

Aos quatro dias do mês de junho de 2020, com início às 15h, por meio do aplicativo Zoom, foi realizada a 33ª reunião ordinária do Colegiado da Rede de Controle da Gestão Pública – PR (RCGP-PR). Participaram os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU, Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, Controladoria-Geral do Estado – CGE, Controladoria-Geral da União – CGU, Ministério Público de Contas do Estado – MPC, Ministério Público Federal – MPF, Ministério Público do Estado – MPPR, Observatório Social do Brasil – OSB, Polícia Federal – PF, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Tribunal de Contas da União – TCU e Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PR. Registrada a ausência de representantes da ALEP, MPT, PCPR e RFB.

**Luiz Gustavo Andreoli**, representando o TCU, agradeceu a participação de todos e pediu que fizessem uma rápida apresentação para informar sobre os trabalhos que vêm desenvolvendo. Feito isto, **Luiz Gustavo** passou aos assuntos do dia. Pediu à servidora da CGU, **Elaine Pirkiel**, que agora auxilia nas atividades de Secretaria da Rede, que falasse sobre a situação da assinatura do Acordo de Cooperação da Rede.

**Elaine Pirkiel** informou que o Acordo da Rede, após análise das Consultorias Jurídicas da AGU/CGU e do MPF, foi ajustado. Por esse motivo uma nova versão do documento seria encaminhada aos membros da Rede para avaliação.

**Luiz Gustavo** reforçou aos presentes a necessidade de que os membros, responsáveis pela assinatura do Acordo, efetuassem seus cadastros no Sistema SEI, uma vez que, em razão do distanciamento social imposto pela pandemia COVID-19, as assinaturas seriam feitas eletronicamente. Destacou que as orientações para o cadastro no sistema já haviam sido encaminhadas aos membros por e-mail, e pediu que a assinatura do Acordo fosse realizada com a maior brevidade possível.

**Luiz Gustavo**, em seguida, passou para o segundo tema da pauta, Grupo de Trabalho sobre o Regime Próprio da Previdência Social. Para tanto, solicitou ao Delegado Federal **Felipe Hayashi** (SEJUF) que falasse sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos a respeito do tema.

**Felipe Hayashi** tratou do levantamento realizado sobre a adoção, pelos municípios paranaenses, de Regime Próprio de Previdência Social. Por meio da aplicação de questionário foi possível identificar problemas como o não atingimento da meta atuarial e o atraso de aporte financeiro pelo Poder Executivo local. Foram levantadas, também, informações sobre a contratação de assessoria pelos fundos e sobre o conhecimento que seus administradores possuem em relação à área financeira. Como resultado do estudo, pretende-se oferecer capacitação aos municípios para auxiliá-los sobre o tema.

Sobre o assunto, **William Michels** (MPC) ressaltou a falta de estrutura dos municípios e a falta de apoio dos prefeitos.

**Luiz Gustavo** sugeriu divulgar o resultado do levantamento, sem especificar, no entanto, quais são os municípios envolvidos. A ideia é elaborar uma matéria para chamar a atenção da sociedade sobre a importância do assunto.

Na sequência, **Luiz Gustavo** passou a falar sobre a Nota Técnica nº 01/2020, assinada por alguns membros da Rede e encaminhada aos municípios paranaenses. O referido documento possui orientações quanto à necessidade dos gestores municipais de darem transparência às aquisições realizadas para enfrentar a pandemia do Covid 19.

**Bruno Galati** (MPPR) se manifestou dizendo que o MP também poderia ter assinado a referida Nota Técnica caso fosse procurado para tanto. Destacou que talvez haja a necessidade de ter um representante para, em nome da Rede, assinar documentos.

**Luiz Gustavo** pediu desculpas pelo ocorrido. Informou que, instados pelo Observatório Social do Brasil, os municípios não estavam sendo tempestivos nem completos quanto à divulgação dos gastos/licitações realizadas. Disse, ainda, que essa iniciativa também foi adotada por grande parte das Redes de Controle em outros Estados e que a assinatura por apenas alguns membros da Rede ocorreu em razão da necessidade de as orientações serem divulgadas de forma célere. A Nota Técnica foi encaminhada pelo TCE e pela CGU aos 399 municípios do Paraná.

**Rafael Ayres** (TCE) afirmou que o tema transparência é perene e informou que o TCE recentemente divulgou *ranking* de transparência que teve grande impacto nos municípios.

**Bruno** informou que o MPPR está realizando levantamento sobre os portais dos municípios paranaenses e que dentro de 30/60 dias terá, detalhadamente, informações sobre a transparência dos municípios, as quais poderão ser utilizadas para trabalhos específicos quanto ao assunto.

Em seguida, **Luiz Gustavo** passou ao quarto tema da pauta, atualização da página da Rede de Controle, criação de canal de denúncias e necessidade de melhores orientações sobre os canais de denúncia em geral.

Falou que a página da Rede é mantida pela Celepar e perguntou ao **Pedro Carmona** (Celepar) se poderiam solicitar ajuda ao **Alfredo** (Celepar), que na gestão anterior da Rede auxiliava na atualização do referido sítio. **Pedro** disse que checaria a situação mas que, em princípio, Alfredo poderia continuar a ajudar com essa atividade.

Posteriormente passou-se a tratar da criação de um canal de denúncias na página da Rede. **Ney Ribas** (OSB) falou que os órgãos não possuem canal de denúncias acessível à população.

**Bruno** disse que o MPPR tem uma página inteira com orientações à população sobre onde procurar ajuda e como realizar denúncias.

**José William** (CGU) também informou que o Governo Federal dispõe de canal de denúncia e que inclusive foi criada uma página somente àquelas relacionadas ao Covid-19.

**Penélope** (PF) disse que possui vários anos de experiência em ouvir denúncias e acredita que a questão não é a existência ou não de canais para a sua formalização. Os cidadãos possuem dificuldade em distinguir quais são as competências de cada esfera e de cada órgão. Sugeriu que fosse criada uma cartilha com orientações para que as pessoas saibam para quem fazer a denúncia.

**Luiz Gustavo** disse que poderia reunir os observadores (OSB) para ouvir as dificuldades sobre a realização de denúncias. Disse também que poderia atuar na elaboração da cartilha mas que, para isso, necessitava de apoio dos demais órgãos da Rede.

**Daniel Coimbra** (MPF) informou que no sítio do MPF, página de serviço ao cidadão, há uma cartilha com informações gerais sobre os principais programas de governo e orientações sobre a realização de denúncias. Que esse documento poderia ser utilizado como base para a elaboração da cartilha da Rede.

Ao fim, **Raul Siqueira** (CGE)e **Luiz Gustavo** acordaram que iniciariam a elaboração da cartilha.

Passou-se então ao tema subsequente, Projeto OSB para o Covid. **Luiz Gustavo** solicitou a **Ney Ribas** que apresentasse o projeto para os demais.

**Ney** destacou que o objetivo do Observatório é pensar de que forma a sociedade civil pode contribuir com os órgãos de controle. Disse que, na medida do possível, o OSB age na prevenção.

Nesse sentido, esclareceu que o Projeto do OSB é composto por quatro fases: 1) aplicação de questionário, utilizado pelo TCU/MT, para saber o nível de transparência das prefeituras (em todos os estados); 2) levantamento dos decretos de calamidade; 3) monitoramento de todas as despesas efetuadas pelas prefeituras; 4) captura de informações dos sites das prefeituras utilizando uma planilha construída para tal fim.

Por fim, ressaltou a importância da divulgação das informações de todas as despesas nos portais das prefeituras, de forma que a sociedade possa acompanhar os gastos e atuar no controle da gestão pública.

**Ney** evidenciou que mais de 50% das despesas da Prefeitura de Curitiba relacionadas ao COVID não têm documentos em seu portal da transparência.

Sobre essa informação, **André** **Rolim** (CGU) informou que poderia ajudar, uma vez que dispõe de base de dados relacionada às despesas do Covid 19 da Prefeitura de Curitiba.

**Luiz Gustavo** parabenizou **Ney** pela iniciativa do OSB.

Uma vez que todos os temas da pauta haviam sido tratados, **Luiz Gustavo** abriu espaço para o tratamento de informações de interesse geral e solicitou aos representantes do TCE, CGU e CGE que falassem um pouco sobre o trabalho realizado quanto ao recebimento do auxílio emergencial do Covid-19 por servidores municipais e estaduais.

**José William** disse que a CGU, com o auxílio do TCE, realizou cruzamento dos beneficiários do auxílio emergencial com a folha de pagamento das prefeituras do Paraná, identificando o recebimento irregular do auxílio por diversos servidores. Esclareceu que muitas situações se devem ao fato da não atualização dos respectivos cadastros junto ao CadUnico, fato que ocasionou o recebimento automático do benefício. Identificaram também o uso dos dados de alguns servidores por terceiros, demonstrando a existência de fraude.

Destacou que a CGU também realizou trabalho em parceria com a Polícia Civil do Estado e que, em razão do cruzamento da base de beneficiários com aquela de foragidos da justiça, a PCPR conseguiu efetuar operação que resultou em noventa e duas prisões.

**Raul** pediu a palavra e agradeceu a parceria com a CGU e disse que foi realizado cruzamento de dados para evidenciar se servidores estaduais teriam recebido indevidamente o benefício. Também informou que o Estado encaminhou a todos os seus servidores e-mail orientando que consultassem a página do auxílio emergencial, de forma a identificar se seus dados haviam sido utilizados por terceiros. Finalizou dizendo que fica à disposição da Rede para auxiliar em outras atividades de combate à corrupção.

**José William** frisou que o trabalho só foi possível com o auxílio dos demais órgãos e que sozinho um órgão não consegue caminhar, sendo imprescindível a atuação em Rede.

**Luiz Gustavo** parabenizou a CGE, CGU, TCE e PCPR pelos resultados alcançados e perguntou aos demais se havia outras informações que gostariam de tratar. Não havendo novas manifestações encerrou a reunião às 17h.